

PEDAGOGIA DA OBEDIÊNCIA: RELIGIÃO E TRABALHO NOS LIVROS DE LEITURA OITOCENTISTAS

PEDAGOGY OF OBEDIENCE: RELIGION AND WORK IN NINETEENTH-CENTURY READING BOOKS

PEDAGOGÍA DE LA OBEDIENCIA: RELIGIÓN Y TRABAJO EN LOS LIBROS DE LECTURA DEL SIGLO XIX



10.56238/IXSevenInternationalMultidisciplinaryCongress-007

Cleidiane Morais

Doutora em História

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto Federal do Ceará (IFCE)

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre o ensino da leitura, a religião e o trabalho na instrução primária no Ceará, na segunda metade do século XIX, tomando como principais fontes os manuais escolares utilizados à época, especialmente os livros de leitura de Abílio Cesar Borges e o *Método Fácilimo* de Emílio Achilles Monteverde. Argumenta-se que tais impressos, longe de se limitarem à alfabetização, funcionaram como instrumentos de difusão de uma moral cristã católica articulada a um projeto de disciplinamento social. Por meio de fábulas, historietas, máximas e imagens, esses livros inculcavam valores como obediência, resignação, temor, caridade e valorização do trabalho, contribuindo para a formação de sujeitos dóceis, economicamente úteis e ajustados à ordem vigente. O estudo evidencia que a leitura era concebida não como prática autônoma ou voltada ao prazer, mas como meio de internalização de normas morais e religiosas, frequentemente baseadas em uma pedagogia do medo e da culpa. Nesse contexto, religião e trabalho aparecem como pilares complementares na construção de uma ética voltada à manutenção da hierarquia social, especialmente no que se refere às camadas pobres, para as quais a instrução primária destinava-se à formação de mão de obra disciplinada e obediente. Ao mesmo tempo, destaca-se o papel da Igreja e das elites letradas na legitimação dessa ordem, bem como o uso dos manuais escolares como veículos de um projeto civilizador que buscava conciliar progresso, fé e controle social.

Palavras-chave: Ensino da Leitura. Religião Católica. Manuais Escolares. Trabalho e Disciplinamento Social.

ABSTRACT

This article analyzes the relationship between reading instruction, religion, and work in primary education in Ceará, Brazil, during the second half of the 19th century. Its main sources are the school textbooks used at the time, especially the reading books by Abílio Cesar Borges and the "Facílmo Method" by Emílio Achilles Monteverde. It argues that these printed materials, far from being limited to literacy, functioned as instruments for disseminating a Catholic Christian morality articulated within a project of social discipline. Through fables, short stories, maxims, and images, these books instilled values such as obedience, resignation, fear, charity, and the valorization of work, contributing to the

formation of docile, economically useful individuals adjusted to the prevailing order. The study shows that reading was conceived not as an autonomous practice or one geared towards pleasure, but as a means of internalizing moral and religious norms, frequently based on a pedagogy of fear and guilt. In this context, religion and work appear as complementary pillars in the construction of an ethic aimed at maintaining social hierarchy, especially with regard to the poor, for whom primary education was intended to train a disciplined and obedient workforce. At the same time, the role of the Church and the educated elites in legitimizing this order stands out, as well as the use of school textbooks as vehicles for a civilizing project that sought to reconcile progress, faith, and social control.

Keywords: Reading Instruction. Catholic Religion. School Textbooks. Work and Social Discipline.

RESUMEN

Este artículo analiza la relación entre la enseñanza de la lectura, la religión y el trabajo en la educación primaria en Ceará, Brasil, durante la segunda mitad del siglo XIX. Sus principales fuentes son los libros de texto escolares de la época, especialmente los libros de lectura de Abílio César Borges y el "Método Fácilimo" de Emílio Achilles Monteverde. Se argumenta que estos materiales impresos, lejos de limitarse a la alfabetización, funcionaban como instrumentos para difundir una moral cristiana católica articulada dentro de un proyecto de disciplina social. Mediante fábulas, cuentos, máximas e imágenes, estos libros inculcaban valores como la obediencia, la resignación, el temor, la caridad y la valoración del trabajo, contribuyendo a la formación de individuos dóciles, económicamente útiles y adaptados al orden imperante. El estudio muestra que la lectura se concebía no como una práctica autónoma ni orientada al placer, sino como un medio para interiorizar normas morales y religiosas, frecuentemente basadas en una pedagogía del miedo y la culpa. En este contexto, religión y trabajo se presentan como pilares complementarios en la construcción de una ética orientada a mantener la jerarquía social, especialmente en lo que respecta a los pobres, para quienes la educación primaria tenía como objetivo formar una fuerza laboral disciplinada y obediente. Al mismo tiempo, se destaca el papel de la Iglesia y las élites letradas en la legitimación de este orden, así como el uso de los libros de texto como vehículos de un proyecto civilizador que buscaba conciliar progreso, fe y control social.

Palabras clave: Enseñanza de la Lectura. Religión Católica. Libros de Texto. Trabajo y Disciplina Social.

1 INTRODUÇÃO

Com a imagem de uma criança de joelhos e mãos postas em oração, a primeira lição do “Segundo Livro de Leitura”, intitulada “Amor de Deus”, de Abílio Cesar Borges, compêndio utilizado nas aulas primárias, no Ceará, já indica o caráter religioso do impresso, no qual se combinam às lições elementos da doutrina cristã e do velho e novo testamento, parecendo querer mirar a infância desde os seus primeiros anos de vida. Apresentando os valores com que seria instruída a “infância do povo”, esse período da vida do sujeito constituía o principal meio por onde as ideias do Barão de Macaúbas soariam de maneira satisfatória, sobretudo, às elites políticas. Afinal, Abílio se propunha com seu empreendimento a apresentar os caminhos por onde se “regeneraria” um povo, o que passava pela obediência às autoridades constituídas.

Si se quer melhorar um povo, regenerá-lo ou aperfeiçoá-lo, o único meio de conseguir consiste em dar a infância do povo, em livrinhos ao nível de suas forças intelectuais, as sans doutrinas da moral e da religião, da razão, da virtude e da ordem: e é só na escola que isso se pode fazer, e sob a direção de mestres dignos de tão grande tarefa.¹

O crescimento do comércio livreiro na segunda metade do século XIX, especialmente com as tentativas de ampliação do público leitor e consumidor, fazia despontar, de forma cada vez mais incisiva, uma literatura escolar que se propunha a continuar a chamar a religião como forma de pacificar as diferenças, tomando a fé como dimensão definidora daquela ordem pela via da escritura sagrada. Para isto, o livro por excelência não seria mais a bíblia, pelo menos em sua materialidade direta como no século XVIII, nem somente os livros religiosos. Os compêndios escolares, em especial os livros de leitura, embora apontassem algumas mudanças, como a inserção de um ensino que primasse pela intuição se contrapondo aos métodos baseados na decoração, foram assumindo importante papel na elaboração do culto ao progresso aliado à religião, como visto no tópico anterior deste capítulo.

Naqueles idos, ao mercado livreiro, estava o desafio de pôr à disposição do público leitor livros que atendessem à exigência de difusão da alfabetização e, junto a esta, dos valores defendidos como patentes da civilização que a classe ilustrada desejava construir. A coleção de livros de leitura de Abílio Cesar Borges parecia atender a tais demandas. Em toda a sua materialidade, Abílio parecia unir diversos gostos e interesses. Os valores católicos e os métodos considerados mais modernos pelas elites intelectuais para a difusão da instrução dialogariam “harmoniosamente” de modo a estabelecer a participação de tais forças no próprio estado de coisas à época, especialmente no que concerne às mudanças necessárias na instrução pública que já se faziam presentes em países da Europa e nos Estados Unidos.

¹ BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Introdução, p. XV.



Alfabetização e civilização apareciam nos saberes a serem adquiridos como parte do repertório de uma cultura erudita que se desejava fazer alcançar. Junto ao aprimoramento e fluência ou mesmo a inserção dos leitores no mundo das letras, um conjunto de prescrições era posto quase que em alto grau como a finalidade última. Os enredos das histórias e fábulas revelavam o seu caráter de leitura direcionada não ao entretenimento, de forma despreziosa ou prazerosa, mas a uma cultura a ser impressa extremamente religiosa, baseada no temor e no castigo como parte do que as camadas mais abastadas tomavam como progresso e civilização.²

Com relação aos seus conteúdos, os enredos das histórias e fábulas pareciam ir ao encontro, pela pedagogia e métodos, do próprio cotidiano das aulas. Elaborados a partir do que se pode chamar de uma pedagogia do medo, do temor e da consciência de culpa, na cena pública, o médico e educador baiano Abílio Cesar Borges criticava ferrenhamente o emprego de castigos físicos na instrução oficial³. No entanto, a pedagogia contida nos seus livros acabava por reafirmar um modelo de educação em que a punição e o castigo constituía o principal meio de correção. Tal pedagogia se misturava e se fundia às virtudes católicas dos livros de teologia moral, de vida dos santos, de história sagrada, todos elaborados a partir do livro por excelência, a bíblia.

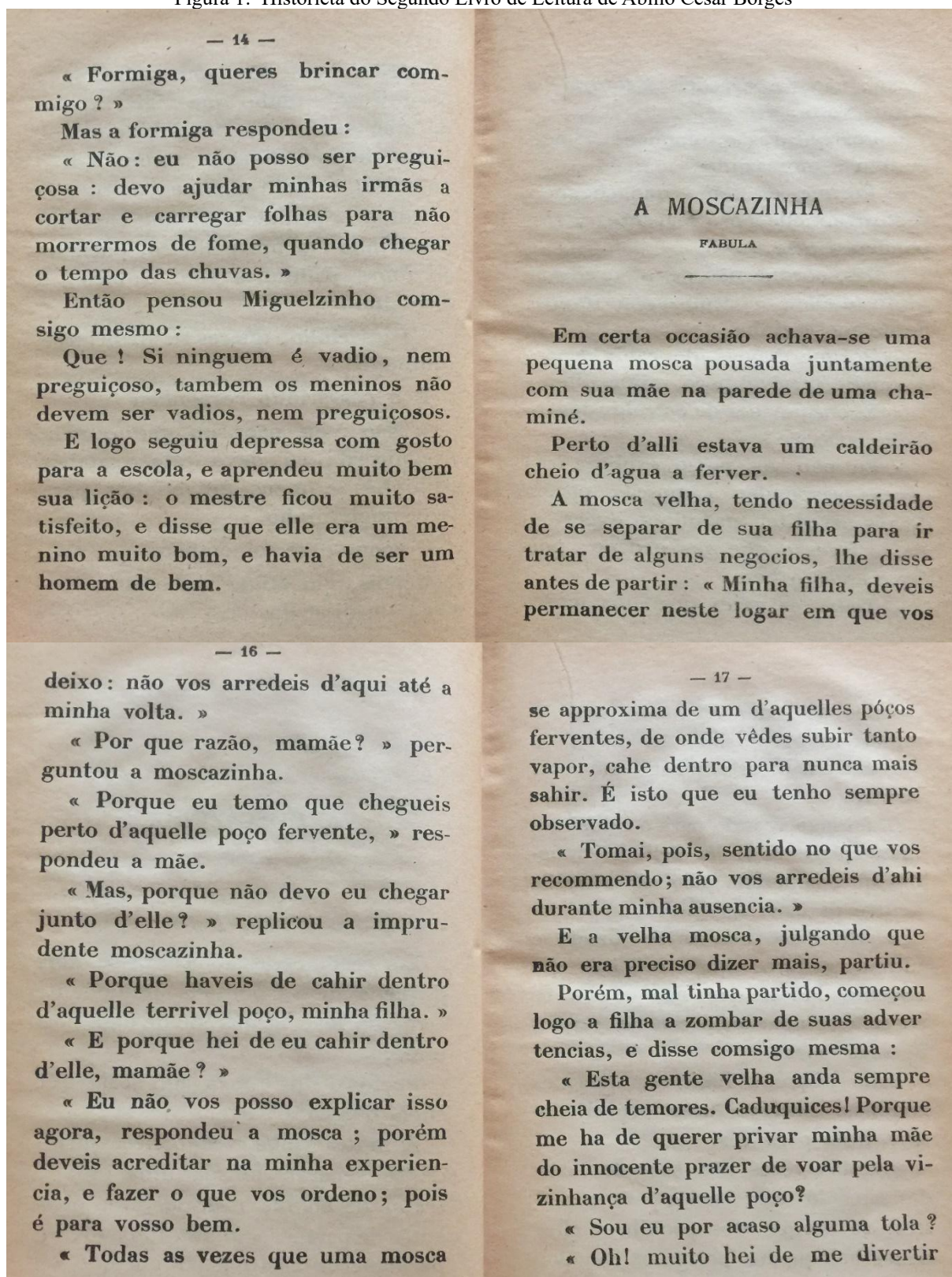
Nas historietas e fábulas, as situações terrenas misturavam-se às histórias bíblicas como quem desejava, pela tradição católica, diga-se aqui os seus ensinamentos, afirmar que as consequências de seus atos também seriam, assim como se deu no passado bíblico: a fome, o padecimento, as doenças, a humilhação pública. Embora não especifique se os castigos por parte dos mestres deveriam ser os de toda ordem, inclusive o físico, a maioria das histórias e fábulas possuía um fim trágico ou consequências desastrosas para os personagens que desprezavam as advertências e conselhos de seus pais e mestres, como contavam as lições que traziam cenas de mortes e doenças do seu “Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras”.⁴

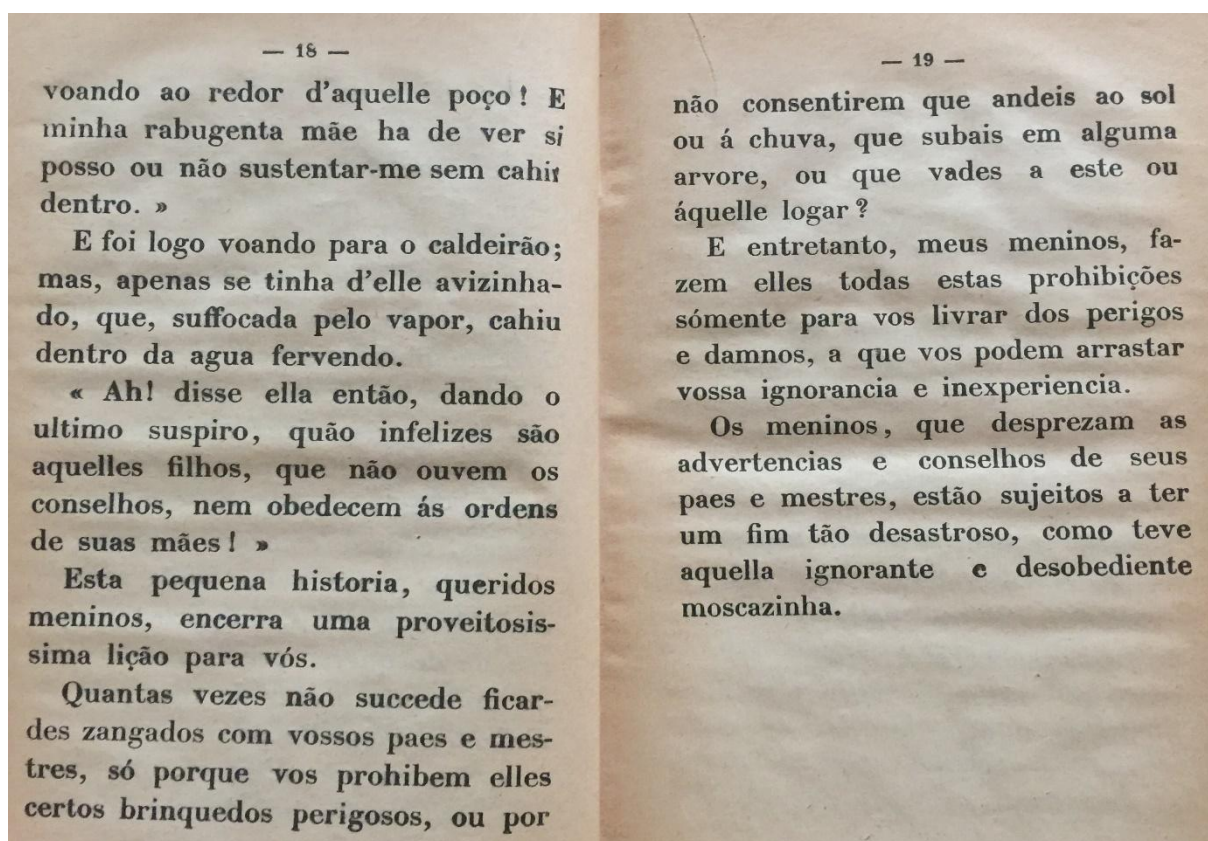
² Para inúmeras crianças da instrução primária, essa cultura erudita religiosa foi ensinada de forma “puramente oral”, na medida em que a penúria de livros não permitia que todos tivessem a posse do impresso. Quando muito, apenas os professores e alguns poucos teriam que dividir os exemplares nas aulas. Sem contar que passavam semanas escrevendo em pedras, por falta de folhas.

³ Nesse cenário, o Ginásio Baiano (1858) e o Colégio Abílio (1871) foram os primeiros estabelecimentos educacionais a fazer propaganda contra a palmatória. Na Bahia e demais províncias do Império, circulavam documentos como o escrito “Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade”, de autoria do próprio Abílio Cesar Borges, extraído do *Globo* e publicado pela Tipografia Cinco de Março em 1876. No movimento de “guerra à palmatória”, o Barão de Macaúbas [Abílio Cesar Borges] inclusive enviava um exemplar deste impresso ao jornal *Cearense*. Fonte: BORGES, Abílio Cesar. **Plano de estudos e estatutos do Colégio Abílio fundado na Corte do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872; BORGES, Abílio Cesar. **Vinte e dois anos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil (Fragmentos publicados no Jornal do Comercio em 1880)**. Bruxelas: Tipografia e Litografia E. Guyot, 1884; BORGES, Abílio Cesar. *Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade* (extraído do *O Globo*). Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de Março, 1876; *Cearense*, 1876, n. 45, p. 2, 4 col.

⁴ BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Fábula: “Moscazinha”, p. 15.

Figura 1: Historieta do Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges





Fonte: BORGES, Abílio Cesar. Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, Fábula: “Moscazinha”, p. 15.

Com o crescimento da produção de manuais escolares, ainda que viesse a despontar como empreendimento que geraria grandes lucros somente nos anos finais do XIX e inícios do XX, sobretudo com as livrarias especializadas, como a Francisco Alves, “o esforço aculturador da Igreja vai continuar a pôr em jogo todas as formas de cultura, a folha impressa, a escrita, o canto, a música”,⁵ como visto nos hinos e orações veiculados nos livros de leitura de Abílio Cesar Borges. Nesses manuais, vê-se uma litografia, “os dispositivos estéticos”,⁶ própria aos olhos das crianças, com imagens de seu cotidiano familiar, de brincadeiras, contos de fadas, sempre no sentido de chamar sua atenção, explicando e reforçando o que se defendia no conteúdo dos textos, colocando-lhes num universo repleto de deveres, comportamentos aceitáveis e direcionamentos que não se podiam contestar.

Tal estrutura dos compêndios denunciava o caráter com que o ensino da leitura esteve veiculado à religião, mesmo com o crescimento dos livros destinados “exclusivamente” ao aprendizado do saber ler, se observado o fim principal com que eram elaborados. A verdade deste ensino, diga-se os métodos, a pedagogia e as formas de leitura, só poderiam ser elaboradas a partir da doutrina cristã católica, dos elementos de sua teologia e moral, como há tempos o eram, ou seja, “por analogia à própria dogmática

⁵ ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 290.

⁶ DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção na vida política no Brasil, Europa e Américas no século XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. (INTRODUÇÃO).

da igreja”.⁷ Nesse ponto, as imagens, mais do que acompanhar os textos ou atuarem como dispositivos estéticos, deixando os livros inclusive mais caros, exerceriam função primordial: explicariam ou mesmo direcionariam as formas de leitura. Nas gravuras que representavam crianças de mãos postas em sinal de oração ou quando traziam mães lendo para seus filhos, não era apenas a religião que deveria ser cultivada dentro do lar, mas a própria leitura como prática ora individual e silenciosa, ora elevada a fé, ou coletiva, presidida pela mãe e reunindo os membros da família, a depender das situações do dia a dia.

A leitura a ser feita das imagens contidas nos manuais escolares seria ainda mais reforçada pelo quadro do cristo crucificado, item de primeira necessidade nos inventários dos móveis e utensílios, sem o qual seria impossível, como muitos professores afirmavam, prosseguir com seus trabalhos. Desejando inserir uma linguagem sagrada no ambiente das aulas, por meio deste quadro, acreditava-se que facilmente as crianças fariam a leitura, mesmo as que não soubessem ainda reconhecer as letras e juntar as sílabas. A imagem lembraria que o cristo morreu na cruz para redimir os pecados dos que nele creem, devendo, por isso, em retribuição, serem obedientes e seguirem os seus mandamentos, como apontavam os manuais de leitura.

Pelas fábulas e pequenas histórias, a ladainha a ser decorada não era mais aquela da liturgia, mas a compreensão de que se deveria conviver [isso nas lições a serem tomadas para a vida] com as histórias bíblicas, não somente porque a religião católica estava arraigada na sociedade oitocentista,⁸ mas porque as lições deixavam claro que, se quisessem viver na abundância, pela ordem do trabalho, ou ter algum sucesso, o caminho seria andar nos ditames da moral evangélica católica, tomando tais lições como prática até mesmo das questões mais ordinárias do dia a dia.

Em tal cenário, nos livros de leitura de Abílio, a convivência entre religião, fé e ficção incidia e, por vezes, fundia-se às narrativas da vida real dos sujeitos, isto porque os leitores, na medida em que liam, eram chamados a trazer a própria história como via de autocontrole de suas ações, conforme apregoado pelo livro sagrado, para quem muitos achavam ser o único suporte confiável em que se podia obter explicação para as coisas terrenas.

No período anterior à publicação do “Segundo Livro de Leitura” de Abílio Cesar Borges, já circulava desde 1861, no Ceará, o livro “Método Facílimo para aprender a ler tanto a letra redonda como a manuscrita no mais curto espaço de tempo possível”, de autoria de Emílio Achilles

⁷ BOTO, Carlota. **O mundo por escrito**: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 249.

⁸ Nesse caso, a presença do catolicismo obedece a diversas ordens, seja por via do Padroado, como força que não se restringia à dimensão religiosa, ou por meio da instrução às coisas sagradas, pois necessitariam delas nas mais diversas situações, inclusive como principal requisito para tornar-se professor primário. Nos Exames de Capacidade Profissional, por exemplo, as provas traziam trechos de livros como a “História de Simão de Nantua ou Mercador de Feiras”, de Laurent Jussieu, e de Iris Clássico, a fim de apresentar aos candidatos mensagens que traziam “regras de civilidade”, comportamentos, virtudes, “aperfeiçoamento moral”. Era pedido para dissertar sobre a “necessidade da religião em geral e vantagem do catolicismo”. Fonte: CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EXM 01 03 (142) CX 70.

Monteverde.⁹ Composto por saberes destinados mais ao ensino da doutrina cristã do que mesmo ao aprendizado da leitura, os interessados podiam adquiri-lo na livraria de Joaquim José de Oliveira e na Tipografia e Casa do Sr. Villar, como anunciado no “Cearense” em junho de 1861 a março de 1862 ininterruptamente. Nessa Tipografia, estavam à venda inúmeras outras produções destinadas às escolas públicas e particulares, como o “Lições Morais”, título presente no inventário dos livros existentes na livraria de Joaquim José de Oliveira, em 1872,¹⁰ o “Deveres do Homem”, por Silvio P., o “Bom Homem”, por Ricardo, e tantos outros considerados, ao longo do século XIX, *best-sellers* do mercado de produção escolar.¹¹

A depender da página que se abria, podia-se facilmente confundir o “Método Fácilimo”, impresso de grande circulação nas províncias do Império, como visto nos anúncios de jornais e nas correspondências da Instrução Pública do Ceará, com um compêndio religioso, isto porque na sua décima sexta edição, publicada pela Livraria Central de Gomes de Carvalho, de Lisboa, após às explicações sobre ditongos, vinham os “Conselhos à mocidade”,¹² em seguida, o “Resumo da doutrina cristã” e o “Mimo à infância ou manual de história sagrada ornado com 100 lindas estampas representando os principais sucessos referidos no velho e novo testamento”. Nessa parte, enfatizavam-se a “moral da religião cristã”, os “principais deveres dos meninos”, as “máximas, sentenças e pensamentos morais”, e as “regras úteis para se observarem na vida”.¹³

⁹ No anúncio em questão, o nome do autor não é veiculado, apenas o título da obra.

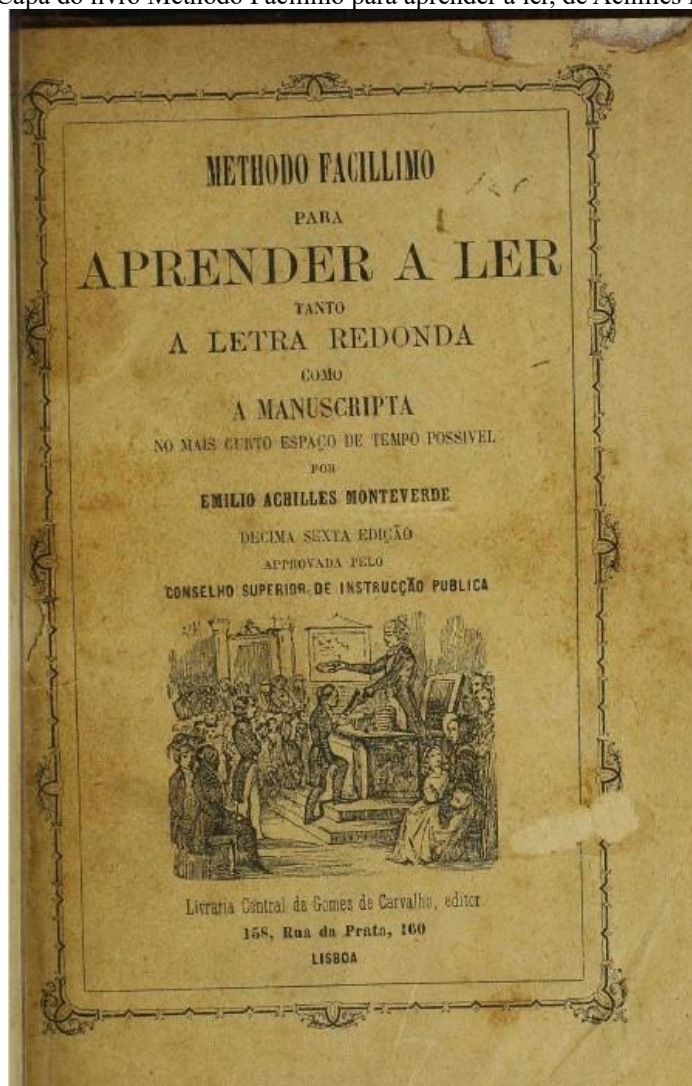
¹⁰ Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

¹¹ Cearense, 25 jun. 1861, n. 1452, Anúncios, p. 4, 4 col.

¹² MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 45.

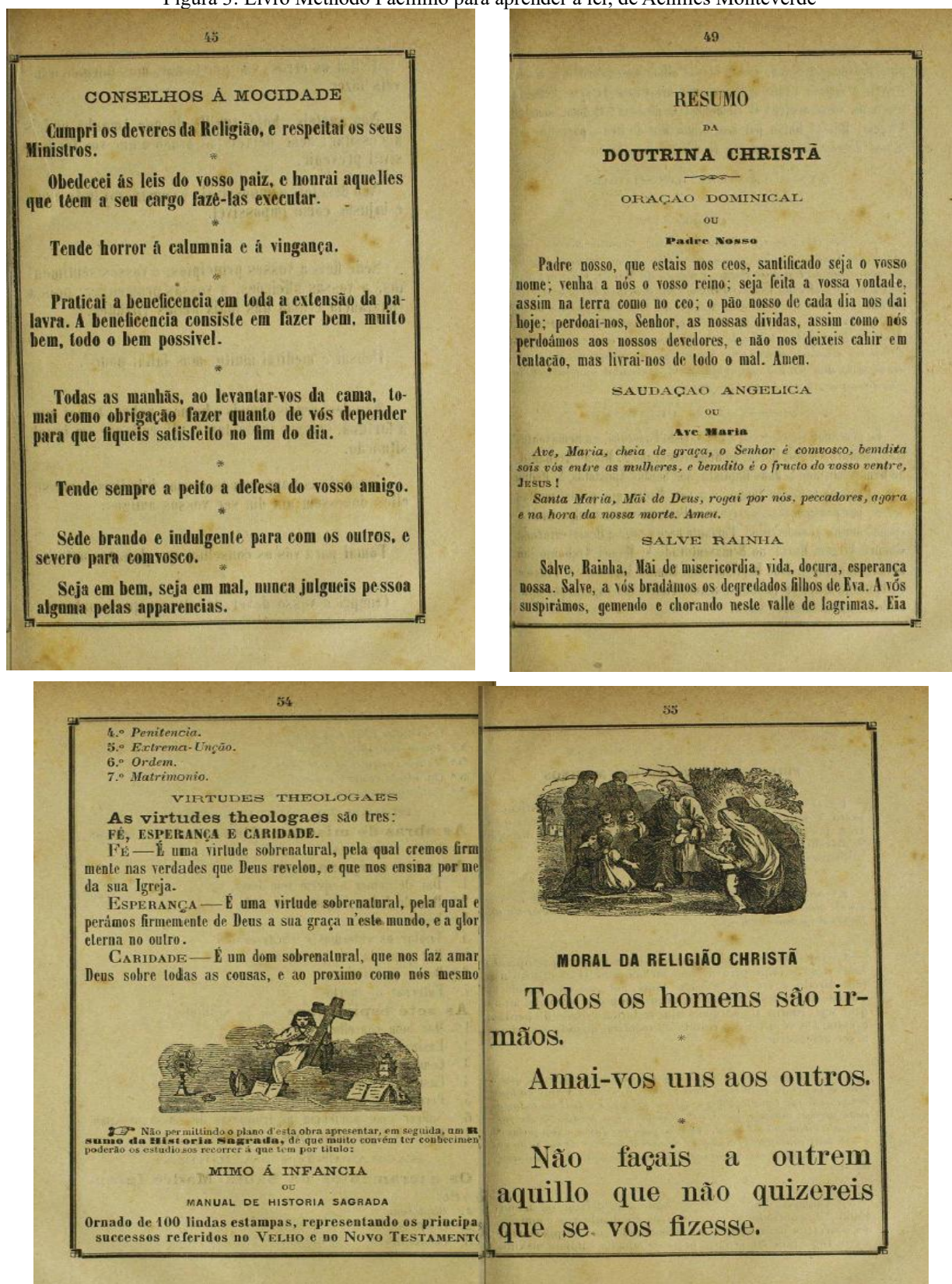
¹³ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--].

Figura 2: Capa do livro Methodo Facilimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde



Fonte: MONTEVERDE, Emilio Achilles. Método Fácilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--].

Figura 3: Livro Methodo Facilimo para aprender a ler, de Achilles Monteverde



Fonte: MONTEVERDE, Emilio Achilles. Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 45, 49, 54, 55.

O “Método Facílmo” apresentava os assuntos religiosos no formato de instruções, direcionamentos e sentenças, sempre alternando entre conteúdos estritamente relativos à leitura do código e outros tantos indo da religião às invenções portuguesas. Em tais partes, não era estabelecida



qualquer relação com o ensino da escrita, a menos que o aluno já tivesse certas habilidades, o que as utilizaria para o seu aprimoramento. Seguiu o formato dos livros de leitura daquele período, uma espécie de pequena enciclopédia que, mesmo se apresentando como um livro para se ensinar a ler, a religião ganhava espaço de prestígio.

As lições e ensinamentos colocavam o leitor de cheio em uma atmosfera não apenas de alfabetização, no sentido de marcar a necessidade de ser instruído nos ensinamentos que compõem os diferentes saberes do currículo primário, mas de uma série de prescrições que procuravam fazer com que se elaborasse um controle de si, de seu quarto, de seu espaço doméstico, assim como o “controle de uns sobre os outros”,¹⁴ criando uma consciência culpada, onde a razão [o racional] discerniria entre a prática do que seria “adequado”, como também o sentimento de culpa quando se incorresse no que julgavam ser erros.

Nesse momento, os debates em torno da mudança de regime político, o desenvolvimento da indústria e a necessidade de mão de obra livre fizeram surgir, ao mesmo tempo, a exigência de identificar o Estado como instituição capaz de construir e manter uma escola formadora de almas preparadas para o trabalho. Os “Catecismos de Agricultura” figuravam junto aos “Catecismos da Doutrina Cristã” e aos compêndios destinados ao ensino da leitura, como os livros mais indispensáveis à instrução primária,¹⁵ pois fariam das crianças amantes da religião e do trabalho. Assim, aos pobres, durante boa parte do século XIX, a instrução esteve voltada para a formação do trabalhador, obediente, econômico e amante da pátria. No Ceará, os professores incutiriam “o gosto e simpatia pelo estudo da principal fonte de riqueza” da Província: a agricultura, como afirmavam em resposta às circulares acompanhadas de um número razoável de catecismos referentes a este saber,¹⁶ em 1862. Vê-se, portanto, uma educação que, antes de tudo, desenvolveria minimamente conhecimentos elementares a fim de fazê-los, primeiramente, cientes dos seus deveres. Aprender a ler, para primeiro, compreender ordens e mandamentos, aspectos que contribuiriam na manutenção da ordem social.¹⁷

A investigação nos livros destinados ao ensino da leitura, impressos que, junto aos catecismos diocesanos, compunham, muitas vezes, os únicos livros presentes nas aulas primárias, permite concluir que a escola no Ceará, na segunda metade do século XIX, de fato, é mais moralizante e regulamentar do que voltada para a formação de algum ofício. Embora o trabalho passe a ocupar mais espaço na medida em que as discussões em torno das mudanças que se acreditavam necessitar o currículo

¹⁴ BOTO, Carlota. **O mundo por escrito**: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 246 e 247.

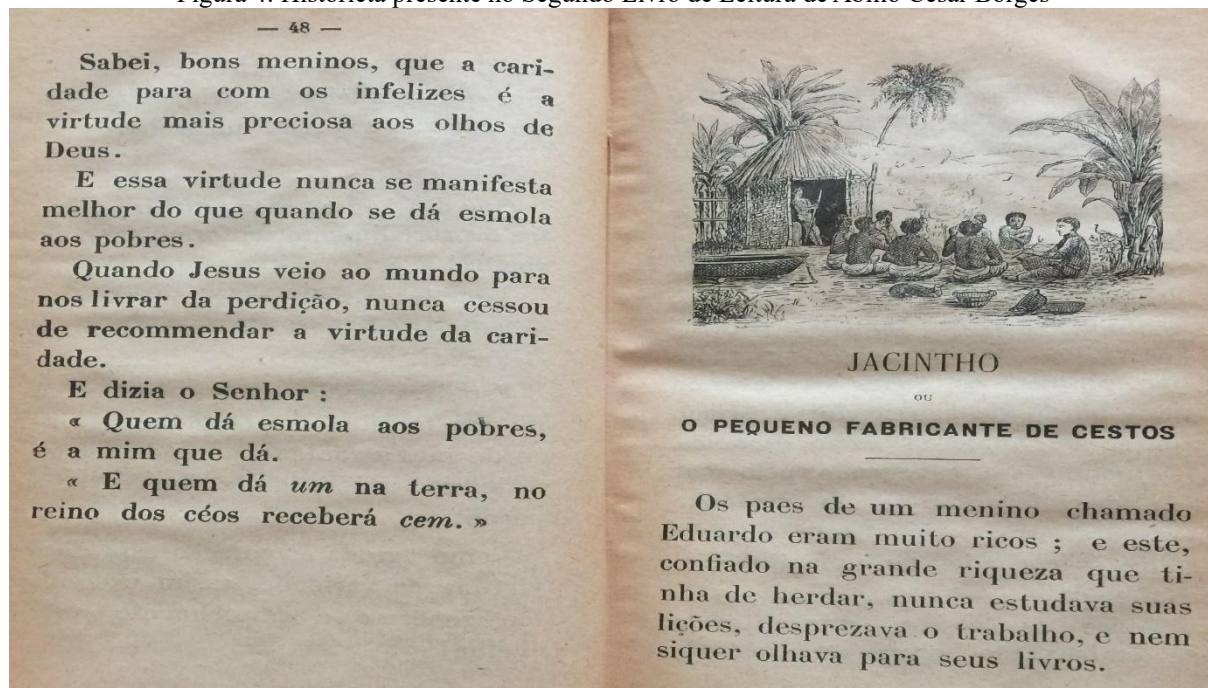
¹⁵ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (53 e 54). CX 52.

¹⁶ CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1862. BR CEAPE IP PP CO RE 07 02 (113). CX 51 / CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 18. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP PP CO RE 05 01 (68). CX 50.

¹⁷ OSAKABE, Haqira. O mundo da escrita. In: ABREU, Márcia (org.). **Leituras no Brasil**: antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 1995, p. 19.

primário ganhavam maior força, especialmente na última década do século, os conteúdos dos impressos utilizados no ensino de nível primário já traziam destacadamente, desde o início da década de 1860, a exaltação ao trabalho como sendo da ordem que “civiliza e que ao mesmo tempo constitui recompensa”.¹⁸ Nas historietas, fábulas e máximas “o dever do trabalho”¹⁹ e da religião é lembrado em todas as situações cotidianas das personagens.

Figura 4: Historieta presente no Segundo Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges



¹⁸ ROCHE, Daniel. **O povo de Paris**: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 352.

¹⁹ GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 290.

Pelo contrario o pequeno Jacintho, que vivia na vizinhança de Eduardo, era um menino bastante pobre, porém muito diligente e industrioso; e tinha uma grande habilidade para fazer cestos.

Um dia, enquanto Eduardo estava pescando á beira do mar, e Jacintho se occupava em cortar cipós para fazer cestos, foram ambos agarrados por piratas, os quaes os levaram para bordo de seu navio, e faziam tenção de vendel-os como escravos.

Quando iam navegando pelo mar em fóra, levantou-se um medonho temporal, que atirou com o navio sobre os rochedos de uma ilha desconhecida.

Todas as pessoas que estavam na embarcação morreram, excepto

desejosos de possuir um cesto como aquelle.

Jacintho foi logo conduzido para uma linda cabana, cercada de arvores fructiferas, onde podia viver tranquillamente e á sua vontade no meio da abundancia de tudo; e alli passava os dias inteiros a fazer cestos.

Eduardo foi tambem chamado para fazer um cesto; mas era tão estúpido, preguiçoso e ignorante, que os negros não tiveram paciencia para atural-o; deram-lhe uma grande surra, e de certo o teriam matado, si Jacintho não se tivesse apresentado pedindo e rogando muito para lhe pouparem a vida.

Cedendo aos pedidos de Jacintho os negros não mataram Eduardo; porém despiram-no de todas as suas

aquelles dous meninos, os quaes, como por milagre, chegaram a uma terra habitada por negros selvagens.

Então Jacintho pensou que poderia agradar áquelles barbaros, trabalhando e fazendo alguns bonitos cestos: assim, tomou seu canivete, cortou alguns cipós e os trançou, fazendo um bello cesto.

Muitos dos negros, homens, mulheres e meninos, vendo Jacintho occupado em fazer o cesto, chegaram-se para perto, e ficaram attentos ao redor d'elle, olhando com grande curiosidade como elle trabalhava, e cantava alegremente.

Quando o cesto foi acabado, deu-o Jacintho de presente ao principal, ou chefe da terra; e todos ficaram

finas roupas, que deram áquelle; obrigando Eduardo a vestir a roupa grossa e remendada de Jacintho.

Além d'isto fizeram de Eduardo o criado de Jacintho; e o serviço que este dava a seu criado era sómente cortar cipós para cestos.

Por esta pequena historia, meus caros meninos, bem vêdes que em toda a parte os meninos trabalhadores e industriosos estão certos de achar quem os estime e proteja, enquanto os preguiçosos e ignorantes passam uma vida miseravel, desprezados de todos.

Fonte: BORGES, Abílio Cesar. Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 49, 50, 51.

Nessa esteira, no “Método Facílmo”, o trabalho e a economia estariam diretamente relacionados à liberdade e independência: ‘conservemos pois a nossa liberdade e a nossa independência. Sejamos laboriosos e livres; sejamos econômicos e independentes’.²⁰ É preciso

²⁰ MONTEVERDE, Emilio Achilles. *Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita*. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 145.

assinalar que, nos manuais destinados ao ensino da leitura, como o dito de Monteverde, assim como a coleção de autoria do professor Abílio, a escravidão pouco aparece. Há, na verdade, certo silêncio com relação ao sistema de mão de obra escrava quando se discute sobre trabalho. Pela via da religião, a dependência à qual esses compêndios se referiam era a das camadas pobres e livres, especialmente pela posse da terra que não tinham. Aos alunos, restava o entendimento das relações de dependência como meio de se fazer “caridade”, aspecto visto como parte da própria estrutura “natural” da ordem das coisas, como dito no “Quarto Livro de Leitura” de Abílio Cesar Borges:

Amai sobre todas as coisas os pobres; porque abaixo de pai e mãe, irmãos e irmãs, são os pobres os que de mais vos carecem. Por segunda família; não lhes cerrei nem a porta, nem o coração, nem a bolsa; dai-lhes sobretudo que fazer, se podeis, porque o trabalho não desonra homem e mantêm-no melhor que a esmola. Dar o que fazer, é mais e melhor que dar dinheiro; é a caridade das caridades.²¹

O trabalho aparecia como o “remédio” quer contra os vícios quer contra a miséria. Um dos principais deveres dos meninos constituía em ser “com os pobres e necessitados caritativo”,²² pois “a existência desses infelizes dependia unicamente da caridade dos seus semelhantes”,²³ como estabelecido na parte “Mimo à infância ou manual de história sagrada ornado de 100 lindas estampas, representando os principais sucessos referidos no velho e novo testamento”, no “Método Facílmo”. Nesse livro, as ações de assistência constituíam assunto tratado nos conteúdos religiosos. Como medida de salvação da alma, a atividade assistencial estava muito mais associada ao trabalho do que mesmo à esmola. Além de as chances de salvação da alma serem maiores, como se acreditava, conceder trabalho às camadas pobres era fundamental à disciplina e obediência necessárias à sociedade capitalista do século XIX.

Utilizado como instrumento de elaboração de tal consenso, nas “máximas” presentes ainda no referido livro, “o trabalho trazia consigo comodidades, abundância e consideração”.²⁴ Nesse ponto, uma indagação se torna fundamental: como fazer a maioria das crianças da instrução primária acreditarem que, por meio do trabalho, viveriam na abundância se seus pais passavam a vida inteira trabalhando e, ainda assim, quando conseguiam comprar seus livros era com muito esforço e sacrifício?

Na imprensa, nessa época, entre as questões da ordem do dia, estava a necessidade de regular, aliada à religião e ao trabalho, a população pobre e livre. No dia 3 de março de 1872, a “Tribuna Católica”, periódico religioso, literário e noticioso que saía todos os domingos sob os auspícios do

²¹ BORGES, Abílio Cesar Borges. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição, parte: Conselhos salutareos (Visconde de Castilho), p. 138.

²² MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 57.

²³ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 57.

²⁴ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 141.

bispo diocesano, publicou um artigo acerca da Instrução Pública, fundamentado numa retórica que primava pela “providência divina”:

Não se pode negar que a instrução em comum tem a vantagem aparente de formar, pelo contacto, o habito da igualdade entre o grande e o pequeno, entre o rico e o pobre, e de firmar sobre esta base a fraternidade fatora da liberdade; mas a experiência tem mostrado q' não se tem conseguido com este sistema, senão estabelecer a licença e a anarquia na sociedade; porque os pequenos, iguallhados aos grandes na escola, querem sê-lo também nos empregos do estado sem a mesma habilitação, e aplicam-se à política em vez de aplicarem-se ao trabalho, para que os destinou a providencia²⁵. [...] E todos devem se aplicar a política, porque a isto foi que os destinou a Providência, e não ao trabalho? A direção da sociedade pertence a todos, e não aos poucos a quem Deus para isto deu a sabedoria?!²⁶

Aqui, cabem as análises de Anne-Marie Chartier e Jean Hébrard. Embora discutindo sobre os discursos acerca da leitura e da escrita entre 1880 e 1980, cabe a apropriação para o contexto do Ceará direcionando especificamente à instrução. No final do século XIX, a Igreja teria que lidar cada vez mais com “uma longa crise que engendra simultaneamente a laicização da escola e do Estado, a ruptura dos equilíbrios tradicionais (evolução dos costumes, descristianização, escolarização generalizada etc”.²⁷ Nessa época, as elites eclesiásticas e os próprios funcionários da Instrução Pública, muitos dos quais católicos, defendiam que as tentativas de controle sobre a instrução/escolarização pareciam não só um direito da Igreja, mas seu dever.²⁸

Para as elites eclesiásticas, as camadas pobres tinham sua importância no desenvolvimento e progresso da sociedade, à época, pela via de sua mão de obra, constituindo, mais do que qualquer outra coisa, “um conjunto de força de trabalho, potencial ou real”,²⁹ ora no seu interior, ora posta de lado, ficando à espera de ser tomada quando a necessidade exigisse. Aqui, o pensamento religioso católico, sustentava-se, como vinha há tempo, sob a égide, como dito por Bronislaw Geremek, do “trabalho como dever dos pobres e fundamento do seu estatuto”.³⁰ Essa população pobre e livre compunha uma espécie de “riqueza da nação”.³¹ Seu lugar na esfera social estaria associado não apenas à sua condição de pobre, reunindo toda a extensão de dependência no interior do sistema econômico e de privação material, mas porque a “providência”, pela qual se compreende a “lei natural”, os teriam feito “pequeno” com destino à função de trabalhar. Assim, sob o princípio de certo rearranjo imposto pela “força celestial”, esses indivíduos estariam fora da política ou mesmo da dimensão administrativa da sociedade.

²⁵ “O Cearense colhe o que plantou”. Tribuna Católica, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 2 col.

²⁶ “O Cearense colhe o que plantou”. Tribuna Católica, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 4 col.

²⁷ CHARTIER, Anne-Marie e HÉRBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 23.

²⁸ Ibidem, p. 22.

²⁹ BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 88.

³⁰ GEREMEK, Bronislaw. **História da miséria e da caridade na Europa**. Lisboa: Terramar, 1986, p. 277.

³¹ BRESCIANI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 88.

Vê-se que a “Tribuna Católica” procurava apresentar justificativas para as posições que os sujeitos ocupariam na esfera social e política. Uma educação legitimada pela própria “providência divina”, sendo a Igreja a instituição capaz de direcionar os indivíduos aos seus papéis na composição social. O exercício da política por meio dos cargos públicos cabia exclusivamente à elite. Sob essa lógica, pode-se concluir que o ensino secundário e, posteriormente o superior, era destinado à formação dos futuros dirigentes da estrutura político-administrativa, já o ensino primário, a que as classes menos favorecidas economicamente eram direcionadas, formaria a mão de obra necessária para o trabalho livre. Para a referida folha, a transgressão dessa “lei natural”,³² levaria à “anarquia”, que, no seu discurso religioso, ganha uma conotação “negativa”, mas que, na prática, significava muito mais um receio quanto à capacidade de rebelação da população que, embora não levasse a grandes rupturas, poderia incomodar e pôr em pauta os privilégios e a manutenção de uma ordem verticalizada, da qual as camadas dominantes procuravam redimensionar, dentro das relações sociais, a seu favor.

A difusão da instrução às camadas pobres podia representar uma ameaça às classes mais favorecidas que, pela exploração sobretudo de sua mão de obra, mantinham os privilégios de uma pequena parcela da população. O temor era o de que o acesso às letras despertasse para a liberdade e independência. Nos meios ilustrados, a defesa de que as luzes deveriam ser levadas a todos os segmentos da população, inclusive aos mais pobres, trazia em si uma complexidade que envolvia forças políticas, religiosas e interesses diversos. Para vários membros da classe ilustrada e dirigente na Província, permitir que todos recebessem instrução, estando no mesmo patamar de acesso aos bens de natureza cultural, era o mesmo que implantar a “anarquia”, como dito anteriormente. Conceber que o filho do alfaiate, do agricultor ou do operário tivesse tempo disponível para se dedicar à leitura de algum livro, ou que tivesse seus estudos continuados após o ensino primário, traria a desordem na hierarquia de organização da sociedade oitocentista, dado que “ler e estudar é um ‘ornamento’ das classes tradicionalmente cultas”.³³

Permitir que os pobres, que passavam a vida inteira na labuta, saíssem da condição de dependência, passando a acumular algum capital fosse financeiro ou cultural, faria com que os pequenos quisessem se “igualar” aos “grandes”, e, portanto, não apenas o “rebaixamento”³⁴ das camadas mais abastadas haveria de acontecer, como no dizer de Amaral Lapa, mas a desordem e agitação na própria estrutura social, haja vista os que a “providência” havia designado como os que deveriam manter, por meio de sua força de trabalho as bases do estado, estarem “rompendo” com tal lógica. A “Tribuna Católica”, nessa época, não tardou em veicular em suas páginas críticas à teoria da

³² Ibidem, p. 88 e 89.

³³ CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: **História da leitura no mundo ocidental**. CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002, p. 76.

³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, p. 46.

igualdade social ou democracia socialista, em discussão na Europa. Para a Igreja Católica, como reiterado por Amaral Lapa, “era preciso fazer crer que a luta de classes com a consequente igualdade desta, apanágio da teoria socialista, era definitivamente uma aberração”.³⁵ Para as elites eclesiásticas, era inaceitável o “abaixamento das classes superiores ao nível das inferiores [...], ou a elevação destas ao alto daquelas”,³⁶ pois levaria a “desarmonia de usos, de costumes, de educação e de vida e a consequente confusão social”.³⁷

A instrução, como defendia o jornal “Tribuna Católica”, estava “inserida no mundo das representações que distinguem os grupos sociais”.³⁸ Distinguia de tal forma que demarcava lugares e funções no interior da hierarquia social, incluindo uns e excluindo outros. Para as camadas pobres, o trabalho não seria garantia para a fartura, ao contrário, embora vivessem do suor de seus braços, chegando todos os membros da família a exercerem alguma atividade, estas mal davam para garantir as necessidades diárias, de forma que outras poderiam deixar de ser atendidas quando reservavam quantias para a compra de livros escolares ou qualquer outro material destinado à instrução de seus filhos. O discurso civilizador dos homens da política e das letras, muitas vezes inflamado pelo prisma da religião, pintava um futuro longe do alcance do povo simples. A “Terra Prometida” e a “Jerusalém Celeste”, apresentada nos compêndios escolares de moral e religião estavam distantes do “horizonte de expectativas”³⁹ da maioria da população.

Como instrumentos de implementação de projetos políticos, os livros escolares procuraram, sobretudo pelos seus conteúdos, apaziguar ou mesmo pacificar as diferentes condições sociais àquele momento, difundindo uma “moral consensual”⁴⁰ – como no dizer de Aníbal Bragança. Aliado ao sistema de valores da doutrina cristã católica, tal consenso serviu no culto ao progresso, dedicando à igreja parte do que se poderia eleger como veículos de construção da tão afamada modernização, expresso na busca de “uniformização e homogeneização das diferentes culturas e realidades sociais, ao mesmo tempo que fortalecia o sentimento nacional”.⁴¹

Em tal cenário, na instrução pública elementar a maioria das crianças vivia às expensas de um estado que, para manter os privilégios e interesses das classes abastadas, sujeitava-as, como componente dos segmentos pobres que faziam parte, a um controle e ordenamento que atravessava as mais diversas situações cotidianas, respaldadas pelos discursos que iam desde o religioso até o policial.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: **História da leitura no mundo ocidental**. CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002, p. 77.

³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. Nesse período, a ideia de progresso fez ampliar esse horizonte, não era apenas a Igreja que determinava os futuros.

⁴⁰ BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. In: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 558.

⁴¹ Ibidem.



A lógica, portanto, seria fazer com que o país se ajustasse de forma a responder aos interesses do mundo capitalista com as novas exigências impulsionadas pela emergência da industrialização e da necessidade de mão de obra para o trabalho livre. Assim, era necessário manter a ordem internamente disciplinando e “civilizando” os diversos segmentos sociais, especialmente os incultos, dissolvendo os conflitos que viessem a contestar a manutenção da dependência e marginalidade em que a maioria se encontrava, fosse pela ordem escravocrata, pela propriedade privada, ou pelo acesso limitado à educação. O Estado Imperial deveria, pensavam as camadas abastadas, acompanhar as mudanças dos países ditos “civilizados”, que, naquela época, serviam de referência do que havia de mais moderno nos mais diversos campos, sobretudo nas novas relações econômicas que sustentavam o mundo capitalista ocidental, a dizer o crescimento do comércio à nível internacional obedecendo a um movimento transatlântico dos mais variados bens.

A instrução primária, nesse momento, como bem de natureza cultural, não ficou de fora desse circuito, seja pela circulação de impressos escolares, especialmente entre Rio de Janeiro, Lisboa e França, atendendo a um caráter mais comercial; ou pela adoção de medidas que organizavam a instrução formal nesses países, como referência para aparelhar o ensino público primário no Império do Brasil. Essa dimensão do ensino, portanto, serviria como meio para se apaziguar o crescimento da violência que, segundo as classes dirigentes, vinham dos segmentos pobres da Província, tão afeitos aos vícios e aos crimes. Colaboraria na construção de um estado civilizado e hegemônico, imprimindo entre os diversos segmentos a aceitação de relações que concebiam a classe dirigente como aquela apta a direcionar os rumos do país, como sendo parte da vontade divina e das forças que compunha a sociedade oitocentista.

O fato é que essa ordem era justificada na própria literatura escolar e religiosa (catecismos, livros de história sagrada e de liturgia) como algo natural, como se esses rearranjos fossem parte da própria organização social de forma a manter o equilíbrio e bem-estar. Na educação dos pobres, conformavam um universo de leitura que procurava justificar a pobreza e ordem social.

Naquela época, era possível encontrar nos manuais de leitura elementos para uso diário dos sujeitos, como orações e cânticos, sentenças e instruções, sempre a partir da relação com o tempo das atividades de trabalho dentro e fora do lar. Essas produções pareciam querer funcionar como os livros religiosos, especialmente os de liturgia, elaborados para os ofícios diários, compostos de orientações de como prosseguir nas tarefas do dia a dia, sempre organizadas em favor da dimensão da fé. Por essas características, cada vez mais, os livros de leitura deveriam estar presentes no espaço doméstico organizando as ações dos sujeitos. Os conteúdos referentes às atividades na agricultura, no campo, direcionados a camponeses e comerciantes, trazem indícios de que tais livros foram elaborados para serem lidos inclusive nas horas de descanso, ou mesmo no ambiente de trabalho, agindo como momento de formação, direcionando ações para se alcançar maior “sucesso” em seus ofícios.



As orações e cânticos destinados ao espaço familiar deveriam, senão ser cantados, ao menos pronunciados ao acordar e antes de dormir. Assim, os livros de leitura seguiam uma ordem específica, a do autocontrole e a da formação para o trabalho. Pelo conteúdo, o desejo dos autores, era o de que a sua leitura fosse feita quando as atividades diárias fossem encerradas e ao iniciar da manhã, dando ênfase, quando se tratava das atividades domésticas, à figura da menina, como apresentado no “Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras”, de Abílio Cesar Borges.

Hino da menina cristã pela manhã

Menina acorda! De te erguer são horas.
Estuda exemplos no pequeno inseto.
Deixa teu leito com tensões serenas;
E teu trabalho recomeça alegre.⁴²

Hino a ser cantando à noite

Menina, dize, teu trabalho de hoje |
Foi com paciência terminado e zelo?
Se é, pois, assim, no travesseiro a fronte
Encosta, e dorme sem temor de espinhos.⁴³

Os contos de fadas e historietas traziam um repertório de inserção no mundo da leitura de modo que, já na infância, se formasse o trabalhador futuro, primeiro com as atividades realizadas no espaço doméstico, com o horário para acordar e se deitar, sempre em função, sobretudo entre os mais pobres, das atividades a serem realizadas no dia seguinte. Com o avançar da idade, vinham as tarefas no espaço religioso como o “ajudante de missa ou acólito”⁴⁴ que se davam de forma concomitante aos afazeres no espaço do lar.

Tais horários pareciam, na lógica da civilização contida nos manuais escolares, não apenas aspectos de organização para iniciar a cada dia as tarefas diárias, mas a via mais eficaz para manutenção da saúde do corpo, da fortuna e da inteligência, como discutido no texto “A ciência do bom homem Ricardo ou meio de adquirir fortuna”, extraído da obra de Benjamim Franklin, intitulada “A ciência do Bom Homem Ricardo” presente no “Método Facílmo”, de Achilles Monteverde.⁴⁵ A saúde do corpo do trabalhador seria mantida pelo deitar-se e acordar-se cedo para dar início às atividades de trabalho. A regulação do seu cotidiano passaria pelo controle do tempo, aspecto pelo qual os livros de leitura tiveram papel definidor, por seus conteúdos falarem do tempo do progresso, do ritmo pelo qual se alcançaria não somente a abundância material, mas a saúde física, que na vida dos mais pobres

⁴² BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 220.

⁴³ BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 221.

⁴⁴ BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 85.

⁴⁵ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 140.

removeria o aborrecimento, o vício e a miséria, bem como do tempo do cotidiano, daquele dispendido para o provimento das necessidades diárias.

Aproximando-se o fim do Império, a necessidade de mão de obra para o trabalho livre fazia surgir, cada vez mais, a exigência de se criar nos livros escolares, mas também no que circulava como saberes, “uma nova prática disciplinar que levasse em conta o saneamento do trabalhador”,⁴⁶ que, por ser proveniente, segundo se acreditava, de “uma classe social destituída de bons hábitos, seria naturalmente propenso às enfermidades do corpo e da mente”.⁴⁷ O corpo saudável viria do exercício diário de trabalho. Assim, a educação propagada pelos compêndios passaria primeiro pelo corpo, com a formação do sujeito higienizado e saudável apto a compor a mão de obra necessária àquela época. A infância a ser construída estava a olhar sempre para a formação do adulto futuro.

Os comportamentos considerados “ideais” eram elaborados nas lições, a partir “de uma dada recorrência ao passado” por meio do texto bíblico, que seriam vivenciados na ordem do presente, almejando-se, ao mesmo tempo, na instrução primária, a formação do caráter do homem adulto, do trabalhador futuro, da dona de casa futura. O sujeito [os personagens] a quem as pequenas histórias se referiam era virtuoso, subordinado, sujeitado a uma ordem que não era a sua própria, pela liberdade e independência, mas a do patrão, a dos condicionamentos sociais elaborados para a manutenção dos privilégios e da ordem.

Um conjunto de regras era-lhes imposto de forma precoce aliada à dimensão da fé, que ocupava lugar de prestígio em toda a materialidade desses livros. “Havia praticamente uma combinação entre as prescrições religiosas e uma ética do trabalho que parecia ser desejada para compor a sociedade do futuro”.⁴⁸ Quando da necessidade de se realizar algum trabalho no espaço do lar ou na igreja, as brincadeiras, ou qualquer outra ocupação que não estivesse voltada para o cumprimento de algum dever, deveria ser deixada de lado. Devia-se “sacrificar os prazeres ao cumprimento dos deveres”, como dizia Abílio Cesar Borges em seu “Segundo Livro de Leitura”.⁴⁹ Desde tenra idade, a máxima maior era a de que esse tempo deveria ser ocupado com o trabalho, ao contrário se tornariam vadios e preguiçosos. “O trabalho deveria ser sua única distração”.⁵⁰ Para os mais pobres, a ordem do trabalho seria para atender às expectativas de seu presente, das precisões de cada dia.

As atividades no espaço doméstico, mesmo aquelas dos recônditos do mundo do lar, como a organização do quarto, dos itens de uso particular, e as desenvolvidas para gerir o próprio orçamento e possível sustento, ou aquelas realizadas nos rituais católicos, como a missa, trazidas nos enredos das

⁴⁶ LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 236.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ BOTO, Carlota. **O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX**. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 250.

⁴⁹ BORGES, Abílio Cesar. **Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869, p. 107

⁵⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 304.

histórias, pareciam ir ao encontro da proposta educacional da instrução primária naquele momento. O que poderia ser, aos olhos do historiador mais desatento, pela leitura dos compêndios escolares do século XIX, mais uma questão relativa ao cotidiano dos sujeitos, sendo as atividades que cada membro exercia como questão própria ao funcionamento e organização familiar, se pensadas num campo maior, revelará uma correlação íntima entre alfabetização, disciplina, trabalho, poupança e orçamento.

Os “conselhos à mocidade” no “Método Facílimo” insistiam de forma constante na economia e poupança. A ausência de dinheiro poderia causar a falta de probidade. Assim, a necessidade de poupar também estava relacionada à manutenção da ordem, pois, na vida dos mais pobres, as precisões levariam à desonestidade, como se afirmava constantemente nas sessões das Assembleias Provinciais. A esses sujeitos, o trabalho seria “a origem da felicidade, e a mais segura, além de ser uma condição essencial para a saúde e para o vigor do corpo”,⁵¹ como dito na história “O lavrador e seus filhos ou os frutos do trabalho”, no “Terceiro Livro de Leitura de Abílio”:

Demais o trabalho é um dever para o homem. ‘Vós comereis vosso pão amassado com o suor de vosso rosto’, disse Deus fazendo alusão à necessidade que cada homem tem de trabalhar, para não passar pela humilhação de pedir”. É porém evidente que o obreiro sedentário, que trabalha sem esforço corporal e com menos fadiga, o homem que trabalha com o espírito e com a pena, mas de um modo útil à sociedade, preenchem igualmente a lei divina, ainda que o suor lhes não venha negar a frente.⁵²

A naturalização da miséria dos mais pobres por meio do texto bíblico, dava-se sem nenhuma parcimônia nos manuais voltados ao aprendizado da leitura. O trabalho que gerava fadiga e cansaço, como as tarefas na lavoura, seguia a mesma ordem de justificação pela via da escritura sagrada, na medida em que nas histórias é dito que o trabalho era um dever do homem devendo o pão ser obtido com o suor do próprio rosto.⁵³ Observando tal lei, os sujeitos fariam a sua própria felicidade, pois havia cumprido o preceito divino e conseguido a aprovação da própria consciência, assim como a dos outros.⁵⁴ Achilles Monteverde não se absteve em selecionar as fábulas, histórias e verbetes que versavam sobre trabalho e providência divina.

Portanto aquele que for laborioso, não deve temer a miséria, pois a fome passa pela porta do homem diligente, sem se atrever a entrar-lhe em casa. A justiça tampouco nela penetrará, por isso que o trabalho paga as dívidas, quando a ociosidade as aumenta.⁵⁵

⁵¹ BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 181.

⁵² BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 181.

⁵³ BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 181.

⁵⁴ BORGES, Abílio Cesar. **Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890, p. 182.

⁵⁵ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facílimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 140.

Trabalhemos incessantemente desde pela manhã até à noite, visto que não sabemos se no dia seguinte o poderemos fazer. Por isso diz com muita razão o Bom Homem Ricardo: ‘vale mais ter um hoje que dois amanhã. – Guarda o que comer e não guarda o que fazer’.⁵⁶

Está-me parecendo ouvir perguntar-me: e não será lícito ter alguns momentos de ócio? Mas eu responderei com o que diz o Bom Homem Ricardo: Empreguemos bem o nosso tempo, se quisermos ter direito ao descanso; e não percamos uma hora, já que não podemos contar com um só minuto.⁵⁷

As expectativas de futuro, sempre pautadas na situação presente, enchiam de angústia o povo pobre, que, em sua maioria, vivia na dependência tanto dos detentores dos privilégios quanto das forças celestes, único suporte a quem devia se esperar algo, como muitas vezes afirmavam em seu cotidiano. A providência foi utilizada nessas histórias, como as de autoria de Visconde de Castilho, como justificativa para se manter certo estado de passividade, pois a angústia e preocupação constante na vida das classes mais necessitadas poderiam levar à transgressão, aos motins e aos furtos. Tratava-se, portanto, de uma literatura escolar, cuja doutrina e moral evangélica católica traziam a gratidão, como virtude que, na vida dos pobres, agiria contra o descontentamento, a sublevação.

No universo dos manuais religiosos e dos livros de leitura, os clérigos e os leigos deveriam caminhar com cautela. A Igreja, temerosa das diferentes interpretações que os leigos poderiam fazer da leitura dos livros e legislando sobre o que poderia ser lido nas diferentes classes e posições sociais, procurava manter seus valores e dogmas presentes na vida dos sujeitos. O caráter ambíguo da mensagem bíblica, que podia, a depender da leitura, tanto “ensinar a subserviência quanto justificar a rebeldia”,⁵⁸ preocupava padres, intelectuais e políticos, pois acreditavam que tais passagens pudessem favorecer a ideia de liberdade e independência, como nas partes relativas ao advento de uma “Terra” dita “Prometida”. “A mensagem evangélica não poderia dar aos oprimidos um código para julgar seus opressores”.⁵⁹

Em outras épocas, seriam talvez menos necessárias publicações deste gênero, pois não faltam Escritores mui pios e ortodoxos que entenderam não ser conveniente meter nas mãos do povo simples e ignorante o volume sagrado onde se encerram os segredos de Deus, e onde o grande Agostinho confessavam que eram mais as coisas que ele ignorava do que as que compreendia. Nem Bossuet, nem Fenelon, disse o célebre Lamennais (antes de sua apostasia), pensaram nunca em vulgarizar os livros santos, e com tudo quem os lia ou quem os estudava com mais cuidado? Porém eles conheciam perfeitamente o perniciosíssimo abuso que da sua leitura podem fazer, e efetivamente tem feito em todos os tempos as paixões dos homens, e o fanatismo das seitas heterodoxas, não havendo erro tão absurdo e monstruoso que se não tenha pretendido justificar com a autoridade da Escritura.⁶⁰ [Grifo nosso]

⁵⁶ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 141.

⁵⁷ MONTEVERDE, Emilio Achilles. **Método Facilimo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita**. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--], p. 141.

⁵⁸ COSTA, Emília Viotti da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 29.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 31.

⁶⁰ ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis**, Pariz: V^a J.-P. Aillaud, Guillard e C^a, [s.d.], 10^a ed. t. 1, p. VI.

Certamente, o temor era de que as compreensões que se fizessem desses livros levassem ao entendimento de que a leitura poderia ser um ato de transgressão e resistência. Nesse movimento, surgia uma questão latente para a qual todas as outras convergiriam: controlar a compreensão que viesse a fugir dos ditames da moral católica, da fé, que indagasse, e tornasse passível de discussão o que vinha sendo imposto pelas diversas forças, entre elas a Igreja, como dogma e ensinamento religioso. Não é à toa que, no “História Sagrada”, de José Ignacio Roquete, são veiculados conselhos “acerca das disposições com que haviam de ler a palavra de Deus, se desejavam que sua leitura lhes aproveite”.⁶¹ Temia-se a “transgressão da leitura”,⁶² de que, a partir de seus códigos de compreensão do mundo, fizessem sua própria leitura, inclusive de sua realidade atida às suas condições sociais.

“Prover-se em silêncio, buscando não contentar sua curiosidade e nem discutir ou criticar”⁶³ era o que se esperava dos sujeitos. Estes não poderiam procurar nos ensinamentos provenientes das sagradas escrituras “senão o sentido elaborado pela própria Igreja”.⁶⁴ Era necessário, portanto, instruí-los antes de passarem à leitura nos impressos. Nesse cenário, os anos iniciais constituiriam um momento de preparação das crianças para que, antes da leitura e estudo no livro, “já estivessem acostumados a ouvi-los, e impregnados de seu espírito”.⁶⁵ Predominando uma retórica da linguagem baseada nas virtudes, na explicação dos feitos terrenos pela via da religião, com um tom extremamente moralizador, na historieta “Passarinhos”, de autoria de Visconde de Castilho, no *Quarto Livro de Leitura*, de Abílio Cesar Borges, a ordem das coisas relativas ao trabalho e ao sustento já estava posta: aos pobres cabiam serem solidários uns para com os outros diante suas condições de precisão e esperar pacíficos pela assistência celeste.

Para que é dar largas a cuidados? Deus nunca abre de suas mãos os seus. Tem o amor divino segredos que mal cuidamos nós. Acreditemos, esperemos, amemos e vamos seguindo pacíficos por nosso caminho”.⁶⁶ Se eu morrer antes de ti, ficarás tu sendo pai dos meus filhos; se tu morreres primeiro que eu, serei eu pai dos teus; e, se ambos morreremos antes de estarem em idade que se possam por si manter, terão por pai aquele que mora no céu.⁶⁷

Dia e noite, uma preocupação em comum acompanhava esses homens que trabalhavam nos campos e sustentavam mulher e vários filhos com o trabalho de suas mãos: “se eu morrer ou cair numa

⁶¹ ROQUETE, José Ignacio. **História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrução e santificação dos fieis**, Pariz: Vª J.-P. Aillaud, Guillard e Cª, [s.d.], 10ª ed. t. 1, p. XIII.

⁶² BOTO, Carlota. **O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX**. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999, p. 249.

⁶³ JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. Editora Ática, 1999, p. 90.

⁶⁴ JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental**, vol. 2. Editora Ática, 1999, p. 90.

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho, p. 187.

⁶⁷ BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho, p. 187.

cama, doente, que será de minha mulher e meus filhos?”. No diálogo em questão, a espera por melhores condições passava a significar o cumprimento dos direcionamentos designados pela Igreja para a vida dos fiéis. Na educação dos pobres, havia uma preocupação em tornar cada vez mais íntima a relação da pobreza com uma espera futura alimentada pela resignação e gratidão, devendo se contentar com os bens que possuíam, mesmo que fossem apenas a sua força de trabalho, como dito também na história intitulada “Resignação de mãe”, de Antônio Feliciano de Castilho, presente no “Quarto Livro de Leitura” de Abílio: “Filha, no muito possuir não é que anda posta a felicidade, mas sim no esperar e amar muito”.⁶⁸

Atentos a essas alegações veiculadas nos livros escolares, há uma cisão ou mesmo acirramento que nos faz indagar: e as coisas se davam assim como tão bem desejavam os segmentos ilustrados, no caso, os autores de compêndios escolares? Quando a balança parecia pender a favor, pelo menos no campo das ideias, das mensagens veiculadas nos livros, a investigação permitiu vislumbrar outro caminho. Neste, as ações das camadas pobres serão uma espécie de fronteira em que se tentará cotidianamente “fazer o destino recuar”.⁶⁹ Dando sequência, é no próximo capítulo que passamos a tecer essa trama.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos livros de leitura utilizados na instrução primária cearense da segunda metade do século XIX permite compreender que o ensino da leitura esteve profundamente articulado à formação moral, religiosa e disciplinar dos sujeitos. Mais do que instrumentos destinados à alfabetização, os compêndios escolares constituíram dispositivos de difusão de valores católicos, de ordenamento social e de legitimação das hierarquias que estruturavam a sociedade oitocentista. Em suas páginas, aprender a ler significava, antes de tudo, aprender a obedecer, a trabalhar, a resignar-se e a reconhecer como naturais as diferenças sociais.

Os manuais de Abílio Cesar Borges e de Achilles Monteverde evidenciam que a instrução pública elementar era concebida como parte de um projeto civilizador voltado especialmente às camadas pobres e livres da população. Nesse projeto, religião, trabalho e disciplina apareciam de forma indissociável. As historietas, fábulas, orações, máximas e hinos presentes nesses impressos buscavam moldar comportamentos, controlar sensibilidades e produzir sujeitos úteis à ordem social e econômica em consolidação. A infância era tomada como espaço privilegiado de intervenção, uma vez que, por meio dela, seria possível formar o trabalhador obediente, o cristão resignado e o cidadão submisso às autoridades constituídas.

⁶⁸ BORGES, Abílio Cesar. **Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras**. Rio de Janeiro; Francisco Alves, Nova Edição, parte: Os passarinhos (história) de Visconde de Castilho, p. 190.

⁶⁹ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2020, p. 120.

Observou-se, ainda, que os discursos presentes nesses livros se articulavam às transformações mais amplas vividas pelo Império do Brasil na segunda metade do século XIX. O avanço das discussões sobre trabalho livre, civilização, progresso e modernização exigia novas formas de disciplinamento social. Nesse contexto, os impressos escolares atuaram como importantes instrumentos de construção de consensos, difundindo uma ética do trabalho, da economia, da caridade e da resignação cristã. Ao mesmo tempo em que prometiam abundância, felicidade e ascensão moral pelo trabalho, naturalizavam a pobreza e reafirmavam a dependência das classes populares.

A religião católica ocupava posição central nesse processo. Longe de desaparecer diante da ampliação do mercado editorial e das propostas de modernização pedagógica, ela foi reelaborada e incorporada aos novos impressos escolares. Assim, os livros de leitura assumiram funções anteriormente atribuídas aos catecismos e demais obras religiosas, transformando-se em suportes de formação espiritual e moral. As imagens, os textos bíblicos e as narrativas edificantes reforçavam continuamente a necessidade da fé, da obediência e do autocontrole, procurando orientar não apenas o espaço escolar, mas também o cotidiano familiar e as práticas mais ordinárias da vida social.

Entretanto, embora os discursos veiculados nesses compêndios buscassem produzir conformidade e submissão, a própria necessidade de insistência sobre temas como resignação, disciplina e obediência revela tensões e receios presentes entre as elites políticas, intelectuais e eclesiásticas. O temor de que a instrução despertasse desejos de igualdade, liberdade e ascensão social atravessava os debates sobre educação e escolarização. A leitura, nesse sentido, carregava uma dimensão ambígua: podia servir tanto ao controle quanto à possibilidade de questionamento da ordem vigente.

Dessa forma, os livros escolares analisados permitem compreender a instrução pública oitocentista para além de uma simples política de alfabetização. Eles evidenciam a escola como espaço de construção de subjetividades, de regulamentação das condutas e de difusão de projetos políticos e religiosos. Ao mesmo tempo, revelam os limites, contradições e disputas que marcaram os esforços de formação das camadas populares no Ceará imperial. É justamente nesse terreno de tensões entre disciplina e resistência, conformação e experiência vivida, que se inscrevem as práticas cotidianas dos sujeitos pobres diante dos projetos civilizadores elaborados pelas elites, questão que será aprofundada no capítulo seguinte.



REFERÊNCIAS

“O Cearense colhe o que plantou”. Tribuna Católica, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 2 col.

“O Cearense colhe o que plantou”. Tribuna Católica, 3 mar. 1872, Seção Tribuna Catholica, n. 25, p. 1, 4 col.

BORGES, Abílio Cesar Borges. Quarto Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição, parte: Conselhos salutareos (Visconde de Castilho), [18--].

BORGES, Abílio Cesar. Plano de estudos e estatutos do Colégio Abílio fundado na Corte do Império. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1872.

BORGES, Abílio Cesar. Segundo Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição correta, melhorada e aumentada, 1869.

BORGES, Abílio Cesar. Terceiro Livro de Leitura para uso das escolas brasileiras. Rio de Janeiro: Francisco Alves, Nova Edição reformada e melhorada, 1890.

BORGES, Abílio Cesar. Vinte anos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade (extraído do O Globo). Rio de Janeiro: Tipografia Cinco de Março, 1876.

BORGES, Abílio Cesar. Vinte e dois anos de propaganda em prol da elevação dos estudos no Brasil (Fragmentos publicados no Jornal do Comercio em 1880). Bruxelas: Tipografia e Litografia E. Guyot, 1884.

BOTO, Carlota. O mundo por escrito: usos e costumes da leitura escolar portuguesa no século XIX. Coimbra: Separata da Revista de História das ideias, Vol. 20. Faculdade de Letras, 1999.

BRAGANÇA, Aníbal. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. *In*: DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean Yves (org.). Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAVALLO, Guglielmo. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. *In*: História da leitura no mundo ocidental. CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org.). São Paulo: Editora Ática, vol. I, 2002.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Aquiraz, 1867. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Aquiraz, Data Crônica: 1867. BR CEAPEC IP PP CO RE 13 01 (53 e 54). CX 52.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Ceará, 1864. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Ceará, Data Crônica: 1864. BR CEAPEC IP CO EXM 01 03 (142) CX 70.

CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Fortaleza, 1862. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Fortaleza, Data Crônica: 1862. BR



CEAPE IP PP CO RE 07 02 (113). CX 51 / CEARÁ. Governo da Província, Instrução Pública Primária, Soure, 18. Disponível: APEC. Fundo: Instrução Pública, Correspondências, Data Tópica: Soure, Data Crônica: 1862. BR CEAPEC IP PP CO RE 05 01 (68). CX 50.

Ceará. Governo da Província. Inventário de Angélica Alexandrina de Oliveira, Cartório de Órfãos, Fortaleza/CE, Pacote 33, processo 16, 1870, Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC.

CHARTIER, Anne-Marie e HÉRBRARD, Jean. Discursos sobre a leitura 1880-1980. São Paulo: Editora Ática, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (org.). Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção na vida política no Brasil, Europa e Américas no século XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.

GEREMEK, Bronislaw. História da miséria e da caridade na Europa. Lisboa: Terramar, 1986, p. 277.

GEREMEK, Bronislaw. Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na Literatura Europeia (1400-1700). São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 290.

JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. *In*: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). História da leitura no mundo ocidental, vol. 2. Editora Ática, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, José Roberto do Amaral. Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MONTEVERDE, Emilio Achilles. Método Facílmo para aprender a ler a ler tanto a letra redonda quanto a manuscrita. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, [18--].

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

ROCHE, Daniel. O povo de Paris: ensaio sobre a cultura popular no século XVIII. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROQUETE, José Ignacio. História Sagrada do Antigo e Novo Testamento Enriquecida com notas e reflexões moraes, para instrucção e santificação dos fieis, Pariz: V^a J.-P. Aillaud, Guillard e C^a, [s.d.], 10^a ed. t. 1, p. VI.

SAKABE, Haqira. O mundo da escrita. *In*: ABREU, Márcia (org.). Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10^o Cole. Campinas, São Paulo: Mercado de letras, 1995.